

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL
CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO EDUCACIONAL

Caroline Krämer

**IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO EDUCACIONAL INDIVIDUALIZADO
(PEI) NA APAE DE TRÊS PASSOS - RS: DESAFIOS E
POSSIBILIDADES NAS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS**

Três Passos, RS

2018

Caroline Krämer

**IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO EDUCACIONAL INDIVIDUALIZADO (PEI) NA
APAE DE TRÊS PASSOS - RS: DESAFIOS E POSSIBILIDADES NAS PRÁTICAS
PEDAGÓGICAS**

Monografia apresentada ao Curso de Especialização em Gestão Educacional, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito Parcial para obtenção do título de **Especialista em Gestão Educacional**.

Orientadora: Me. Micheli Daiani Hennicka.

Três Passos, RS

2018

**IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO EDUCACIONAL INDIVIDUALIZADO (PEI) NA
APAE DE TRÊS PASSOS - RS: DESAFIOS E POSSIBILIDADES NAS PRÁTICAS
PEDAGÓGICAS**

Monografia apresentada ao Curso de Especialização em Gestão Educacional, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito Parcial para obtenção do título de **Especialista em Gestão Educacional**.

Aprovado em 30 de novembro de 2018.

**Micheli Daiani Hennicka, Me (UFSM)
(Presidente/Orientadora)**

Fabiana Regina da Silva, Me (UFSM)

Márcia Morschbacher, Dr (UFSM)

**Três Passos, RS
2018**

AGRADECIMENTOS

Fazer o trabalho de conclusão de curso é uma tarefa árdua, cansativa e cheia de contratempos. E nesse período de dedicação e horas de estudo não poderia deixar de agradecer aquelas pessoas que sempre estiveram do meu lado, dando apoio através de uma palavra de incentivo, como a minha mãe que mesmo não presenciando a realização da minha pesquisa diariamente sempre me estimulou para que a concluísse.

Agradecer de forma especial a minha orientadora Professora Micheli Daiani Hennicka, por sempre estar disposta a me ajudar, por cobrar os prazos, pelos diversos e-mails trocados, pela atenção e empenho que colocastes na realização desse trabalho.

Meu agradecimento as minhas colegas de trabalho que de uma maneira ou outra sempre contribuíram e incentivaram na realização da minha pesquisa.

A APAE de Três Passos, por possibilitar as observações e disponibilizar os materiais de pesquisa, bem como as profissionais que responderam as questões para a realização da mesma.

Agradecer também ao meu marido Ernesto pela paciência, e pelo companheirismo nos afazeres diários e nos cuidados com o nosso filho nos momentos em que não pude estar presente, pois estava estudando.

E com todo o meu amor e gratidão quero agradecer ao meu filho João Ernesto, meu pequeno, que muitas vezes só queria um carinho, e ficava ali no meu colo enquanto eu terminava a leitura de um artigo, obrigada meu filho por ser assim, e por existir na minha vida, tudo isso é por você.

Agradecer com toda fé que carrego no meu coração a Deus, que permitiu que eu chegasse até aqui!

Meu muito obrigada!

RESUMO

IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO EDUCACIONAL INDIVIDUALIZADO (PEI) NA APAE DE TRÊS PASSOS - RS: DESAFIOS E POSSIBILIDADES NAS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS

AUTORA: Caroline Krämer

ORIENTADORA: Micheli Daiani Hennicka

A presente monografia emergiu da necessidade de pesquisar acerca do PEI (Plano Educacional Individualizado) o qual está sendo implementado nas APAES como base para o planejamento pedagógico, sendo o PEI um subsídio que vem ao encontro do educador que busca de uma forma individual, trabalhar as necessidades específicas do aluno com necessidades educacionais especiais. Pois, o mesmo realizará um plano para cada educando, partindo assim das particularidades de cada sujeito inserido em sua sala de aula. Nesse sentido, a problemática de pesquisa: Quais os desafios e as possibilidades do professor com o plano educacional individualizado (PEI) em uma sala de aula de uma escola de educação especial? O objetivo geral da pesquisa foi compreender quais as dificuldades e as possibilidades do PEI em sala de aula. E para dar conta dessa problemática foi usada como metodologia de pesquisa um estudo de caso, como instrumentos utilizou-se um questionário com questões fechadas e abertas. As colaboradoras da pesquisa foram uma educadora especial, uma coordenadora pedagógica e uma gestora da APAE de Três Passos/RS. A partir das análises dos questionários foi possível perceber o quanto o PEI contribuirá com os alunos e os professores das escolas especiais na elaboração e na realização dos planejamentos escolares, junto a uma gestão que permite ao educador ser o gestor pedagógico em sua sala de aula.

Palavras-chave: Educação Especial. Plano educacional individualizado. APAE.

ABSTRACT

TEACHER'S CHALLENGES AND POSSIBILITIES IN A CLASSROOM WITH INDIVIDUALIZED EDUCATIONAL PLAN (PEI) IMPLEMENTATION IN TRES PASSOS APAE

AUTHOR: Caroline Krämer

LEADER: Micheli Daiani Hennicka

This monograph emerges from the necessity to seek opinions about Individualized Educational Plan (PEI) which is being implemented at APAES as a base for the pedagogical planning, being an educator's aid who looks for an individual way, to work out specific needs of the students with special educational needs. The teacher will create a plan for each student, starting from the particularities of each student inserted in his classroom. In this sense, the research problematic was: What are the teacher's challenges and possibilities with the Individualized Educational Plan (PEI) in an special educational school's classroom? The research's general objective was to understand the difficulties and possibilities of the PEI in the classroom. To deal with this problematic a case study was used as a research methodology, an open and closed question's questionnaire was used as instrument. The research's subjects were a special educator, a pedagogical coordinator and a manager of Tres Passos/RS APAE. From the research questionnaires analyzes was possible to notice how PEI will contribute with students and teachers of special schools with the elaboration and execution of school's planning, together with the educator's possibility to be the manager in his classroom.

Key-Words: Teacher. Individualized Educational Plan. APAE.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	7
1.1 Encaminhamentos metodológicos.....	9.
2 A IMPORTÂNCIA DA GESTÃO DA PRÁTICA PEDAGÓGICA E DO PLANEJAMENTO ESCOLAR	11
3 AS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E O MOVIMENTO APAEANO	15
3.1 O planejamento escolar com a implementação do plano educacional individualizado (PEI).....	17
4 OS DESAFIOS E AS POSSIBILIDADES DO PLANEJAMENTO COM O PEI.....	25
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	36
REFERÊNCIAS.....	39
APÊNDICE A- QUESTIONÁRIO ENTREGUE AOS PARTICIPANTES DA PESQUISA.....	42
APÊNDICE B – TERMO DE PUBLICAÇÃO DOS DADOS	43

1 INTRODUÇÃO

A educação especial é um trabalho que me fascina. Minha trajetória nessa modalidade de ensino teve início no ano de 2010, quando iniciei minha graduação em Educação Especial pela Universidade Federal de Santa Maria. Desde então o amor por essa profissão aumenta cada dia mais.

No entanto, são muitos os entraves que encontramos no caminho. Para chegar a uma educação de qualidade, para as pessoas com necessidades educacionais especiais, vários são os estudos nessa área que buscam a qualidade desse processo de aprendizagem. Um dos recursos utilizado é o Plano Educacional Individualizado (PEI), o qual deve ser desenvolvido em todas as Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) do país, visando unificar o ensino e a aprendizagem dos alunos inseridos nas instituições.

Nesse sentido, o educador, em sala de aula, terá que desenvolver um plano de ensino individualizado, realizando assim uma pesquisa diagnóstica que abrange aspectos sociais, familiares, psicológicos e neurológicos e, a partir desse diagnóstico, o professor deverá perceber objetivos individuais para os alunos. Porém, o planejamento será desenvolvido com todos os educandos no mesmo espaço.

Para compreender, de uma maneira mais aprofundada, os desdobramentos presentes nessas variáveis, tem-se a seguinte problemática:

Quais os desafios e as possibilidades do professor com o Plano Educacional Individualizado (PEI) em uma sala de aula de uma escola de educação especial?

Levando em consideração que nos referimos a uma escola de educação especial, cuja mantenedora é a APAE, encontramos educandos que possuem particularidades e as turmas são formadas por vários alunos, que podem apresentar, por exemplo, deficiência mental, paralisia cerebral, surdez e ou múltiplas deficiências. Um planejamento adequado e adaptado é uma ferramenta indispensável no dia-a-dia do educador dessas turmas, contribuindo assim para o aprendizado e desenvolvimento dos educandos.

Conhecendo a educação especial, mais especificamente, a escola de educação especial APAE do município de Três Passos/RS, percebe-se que existem

diversos desafios na questão do planejamento das atividades pedagógicas, pois se trata de alunos que possuem deficiência intelectual e/ou múltiplas deficiências, necessitando assim de aprendizagens específicas e conteúdos adaptados.

Por meio dessa pesquisa, busca-se compreender de que maneira o profissional da área irá gestar sua prática dentro da sala de aula, tendo que desenvolver um plano específico para cada educando, seguindo as especificidades que cada um apresenta. Porém, realizar essa prática dentro do mesmo espaço e tempo onde se encontram diversos alunos, com dificuldades e habilidades distintas é um movimento novo dentro das APAES e, com certeza, é algo desafiador para os profissionais que estão inseridos nessa realidade, começando pela elaboração do plano individual até a prática pedagógica a ser desenvolvida em sala de aula, com o auxílio desse planejamento.

Como objetivo geral desse trabalho de pesquisa tem-se: Compreender quais as dificuldades e as possibilidades do PEI em sala de aula. Sendo os objetivos específicos: Compreender qual a importância do planejamento na educação especial; Analisar a importância de um olhar específico para o aluno especial dentro de uma sala de aula numa escola de educação especial; Identificar, através da pesquisa realizada com a gestora da escola, a coordenadora e a educadora especial, a importância, os desafios e as novas possibilidades que o PEI pode trazer para o desenvolvimento desses alunos.

A partir dessa problemática e desses objetivos, tanto geral como específicos, pretendo contribuir no planejamento dos educadores da escola de educação especial pesquisada, assim como, contribuir com a escola no sentido de pensar possibilidades para se construir uma educação de qualidade para os alunos que são atendidos nas escolas especiais como as APAES.

A organização dessa pesquisa está dividida da seguinte forma: No segundo capítulo temos o referencial teórico, onde apresentamos como acontece a prática pedagógica e qual a sua importância dentro dessa instituição de ensino e aprendizagem. Seguindo temos o que é o PEI e quais são as dificuldades encontradas na implementação desse plano nas APAES e as possibilidades de melhorias encontradas com essa implementação. No capítulo seguinte temos a análise dos dados coletados a partir dos questionários respondidos pelas colaboradoras da pesquisa. E, para finalizar temos as considerações finais da pesquisa.

1.1 Encaminhamentos metodológicos

A referida pesquisa tem uma abordagem qualitativa, pois busca compreender de maneira subjetiva quais são os desafios e as possibilidades do professor em sala de aula com a implementação do PEI. De acordo com Minayo (2001), a pesquisa qualitativa:

[...]responde a questões muito particulares. Ela se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis. (MINAYO, 2001, p.21-22).

A pesquisa se deu num processo de trabalho em espiral, onde, primeiramente, o problema de pesquisa foi definido, posteriormente, os objetivos da pesquisa foram elaborados e a pesquisa teórica foi realizada, para então chegarmos na realização do trabalho de campo. Esse último aconteceu na Escola de Educação Especial - APAE de Três Passos/RS.

A mesma tem como nível de ensino a Educação Básica, neste caso, compreende etapas, fases, e modalidades de ensino, programas e projetos, tais como: Educação Infantil (maternal 4 anos e jardim 5 anos), Ensino Fundamental, anos iniciais (etapa I, II e III), escolarização de jovens e adultos (EJA), anos iniciais e programas pedagógicos específicos como as oficinas diversificadas (onde os alunos desenvolvem trabalhos como costura de estopas, marcenaria e cozinha).

A escola disponibiliza aos seus alunos: sala de informática, sala sensorial, biblioteca, quadra de esportes, oficina de marcenaria, oficina de estopas, sala de artesanato, cozinha. Essas são ferramentas utilizadas para o aperfeiçoamento no trabalho, visando instruir o aluno à vida social, formando cidadãos para a vida em sociedade, com a missão de contribuir na formação de sujeitos com limitações, porém mais independentes em suas funções diárias.

A escola apresenta um espaço bem amplo para o atendimento técnico e pedagógico. Dispõe de uma sala de materiais didáticos, bem formada com matérias de apoio para professores e técnicos. A escola é toda adaptada para sujeitos com deficiência física. Dispõe, também, de banheiros com chuveiros onde se trabalha com frequência a higiene corporal.

As colaboradoras da pesquisa foram três, sendo uma professora que atua em sala de aula, a gestora e a coordenadora pedagógica da referida escola. A escolha por essas colaboradoras da pesquisa foi por conhecer a caminhada e a vivência delas na escola de educação Especial APAE de Três Passos. E a escolha do lugar foi porque tenho experiências nesse local, como já apontadas na justificativa deste trabalho.

Como instrumento de coleta de dados, inicialmente foram realizadas observações em sala de aula, com o objetivo de analisar de que maneira acontece a prática pedagógica nesse espaço. Outro instrumento de pesquisa foi o questionário, o qual foi entregue a uma professora, uma gestora e uma coordenadora. O questionário foi elaborado buscando solucionar o problema de pesquisa, compreendendo aos objetivos específicos da mesma, e se encontra no apêndice A, seguido do termo de publicação, no apêndice B.

Também usamos a pesquisa bibliográfica, através de artigos e livros que descrevem diversas pesquisas sobre a implementação do PEI nas escolas de educação especial, cuja mantenedora é a APAE. Também observamos os documentos legais da instituição pesquisada, como o Projeto Pedagógico e o Regimento Escolar.

Após a realização das observações e da aplicação do questionário, foi realizada a interpretação e compilação dos dados obtidos através da análise do conteúdo,

[...]atualmente podemos destacar duas funções na aplicação da técnica. Uma se refere à verificação de hipóteses e/ou questões. Ou seja, através da análise de conteúdo, podemos encontrar respostas para as questões formuladas e também podemos confirmar ou não as afirmações estabelecidas antes do trabalho de investigação (hipóteses). A outra função diz respeito à descoberta do que está por trás dos conteúdos manifestos, indo além das aparências do que está sendo comunicado. As duas funções podem, na prática, se complementar e podem ser aplicadas a partir de princípios da pesquisa quantitativa ou da qualitativa. (GOMES, 2001, p.74).

Com auxílio de autores como Valadão (2010), Vygotsky (1984) e outros, os dados foram analisados, interpretados e compilados, buscando apresentar esses dados realizando inferências de acordo com as respostas à pesquisa.

2 A IMPORTÂNCIA DA GESTÃO DA PRÁTICA PEDAGÓGICA E DO PLANEJAMENTO ESCOLAR

A gestão escolar, entendida como tomada de decisão, organização, direção e participação acontece em todos os âmbitos da escola, pois:

[...] fundamentalmente, na sala de aula, onde concretamente se objetiva o projeto político-pedagógico não só como desenvolvimento do planejado, mas como fonte privilegiada de novos subsídios para novas tomadas de decisões. (FERREIRA, 2008, p. 08).

Pensando na prática específica do educador, é de suma importância que o mesmo tenha autonomia pedagógica na elaboração do seu plano de ensino, pois é ele que mantém contato direto com os educandos. É papel do educador conhecer seus alunos, suas particularidades, potencialidades e dificuldades, e buscar novas alternativas que possibilitam e, em outros momentos, podem até dificultar a prática docente. No entanto, sempre com o intuito de melhorar a aprendizagem e o desenvolvimento social e cognitivos dos mesmos.

Referindo-se ao campo da pesquisa, uma escola de educação especial, as particularidades dentro da sala de aula são diversas. Dessa maneira, cada educando canaliza seu conhecimento, e assim também expõe o que aprendeu de forma diferente, pois são sujeitos atípicos, que possuem uma maneira de compreensão distinta, a qual é impossível seguir paradigmas educacionais como níveis de aprendizado perante a idade cronológica dos alunos.

Então, cabe ao professor gestar sua prática pedagógica, partido do interesse e da realidade dos educandos, buscando entendê-los e respeitá-los em seus direitos, ajudando-os em suas necessidades com paciência e compreensão. Procurando articular os interesses e as necessidades dos alunos com os conteúdos de ensino, de maneira que esse aprendizado contribua para a vida de cada indivíduo.

A interação entre professores e alunos em torno do conhecimento, que constitui a dinâmica de sala de aula, decorre da forma como o professor vê os processos de ensino e de aprendizagem. A compreensão de que alunos não são pessoas a serem moldadas pelo professor – mas selecionam, assimilam e processam as informações, conferindo-lhes significado e construindo conhecimentos – muda radicalmente a concepção de aprendizado. Só que nossos alunos não constroem sozinhos seus conhecimentos: isso depende da interação mantida com professores e colegas. A “boa” ajuda que o professor pode prestar depende da maneira como ele percebe o aluno. (DAVIS; GROBAUM, 2002, p. 99).

E, tratando-se da educação especial, esse contato professor-aluno, torna-se uma relação de muita importância, para ambos. Pois, assim como o profissional dispõem de diversos conhecimentos que auxiliam em diversas áreas, seus educandos possuem a capacidade de mudar a sua visão em relação ao que realmente é essencial para a qualidade de vida deles. Isso porque esses sujeitos são especiais e estão inseridos em uma escola onde a modalidade de ensino é especial.

Muitas vezes, buscamos resolver os problemas da educação relacionados às questões burocráticas, como por exemplo, os repasses de verbas ou ligadas à infraestrutura da escola, buscando torná-la acessível para todos. Contudo, passa despercebido o fazer pedagógico, que abrange o desenvolvimento educacional e social do aluno. Nesse sentido, é necessário que a gestão escolar atenda às necessidades dos profissionais em relação ao planejamento que deve elaborar para que o seu fazer pedagógico dentro da sala de aula seja de qualidade e, acima de tudo, instigante aos alunos que encontram-se inseridos nesse espaço.

É de suma importância que o fazer pedagógico do professor em sala de aula, esteja baseado no Projeto Pedagógico (PP) da escola, o qual contempla todas as áreas de ensino, levando sempre em consideração a realidade dos alunos que frequentam determinada instituição de ensino e aprendizagem.

O PP é a identidade da escola, sendo através desse que verificamos a escola que temos e qual escola queremos. Tendo como função principal a transformação, ele deve ser elaborado com a colaboração de toda a comunidade escolar, isso inclui: gestores, professores, auxiliares, pais e alunos. Sua finalidade é estar próximo à realidade educacional da comunidade que, assim como o mundo todo, vivencia diversas mudanças no decorrer dos anos. Para tanto o PP também requer um processo constante de revisão para se adequar às mudanças dentro da instituição, o que significa que ele é sempre passível a aperfeiçoamentos, conforme a necessidade da comunidade que se encontra inserido.

O planejamento do educador deve ter como intenção os seus educandos, os quais são a culminância do todo o fazer pedagógico do professor, bem como da escola, que tem como legado desenvolver e construir o conhecimento dos sujeitos ali inseridos e auxiliar no bom convívio em sociedade. Além disso, o planejamento escolar não precisa ser um trabalho individual, pois podemos utilizar a socialização

com os demais educadores como ferramenta para melhorar e aperfeiçoar esse planejamento.

Contudo, é possível perceber a importância da instituição de ensino assegurar tempo e espaço para que ocorram as trocas entre os professores, contribuindo assim para um planejamento interdisciplinar que favoreça o desenvolvimento integral dos alunos, contribuindo com ideias, sugestões e, principalmente, para um ensino onde todas as disciplinas se encaixam mutuamente.

Por isso, uma boa estrutura didática e administrativa do ensino deveria prever algum sistema de aperfeiçoamento do professor em serviço, no contexto de sua própria instituição e integrado as demais atividades da escola. (PARO, 2007, p.71).

Um professor que desenvolve sua prática pedagógica isoladamente não aperfeiçoa seu conhecimento e não contribui com os demais colegas. Por isso, a formação continuada do professor deve ser realizada no quadro institucional onde ele está inserido, podendo ser reuniões semanais ou mensais onde ocorram trocas significativas dos trabalhos desenvolvidos dentro do propósito do planejamento individual de cada educador. O trabalho pode ser coordenado pela equipe diretiva ou pela coordenação pedagógica, para entrar em um consenso de trabalhos, valores e objetivos a serem realizados, partindo do que a escola, de maneira geral, busca desenvolver dentro dessa comunidade, baseado no documento legal da instituição, o PP.

No entanto, quando o educador passar a ser o gestor do pedagógico, ele compreenderá que sua prática está relacionada a uma ciência, a qual é a Pedagogia e fará do planejamento escolar uma ferramenta de trabalho insubstituível que busca desenvolver não apenas uma boa aula, mas sim, uma prática pedagógica de caráter social, elaborada e organizada conforme intencionalidades e conhecimentos. Como escreve Ferreira (2008), a

[...]gestão do pedagógico é, em essência, o trabalho, a profissionalidade dos professores, seus aportes teórico-metodológicos, em suma, todos os aspectos orientadores e determinantes na produção da aula e, em decorrência, na produção do conhecimento, (FERREIRA, 2008, p.183).

Por isso, é necessário o planejamento do educador em seu fazer pedagógico, é ele que proporcionará um embasamento teórico para suas práticas em sala de aula, respeitando as particularidades de cada educando.

Todo trabalho que se deseja obter êxito necessita de um planejamento. Na escola não é diferente, o planejamento escolar é de suma importância, pois é este que irá nortear as ações de ensino e aprendizagem do aluno, assim como a prática do educador, que buscará recursos e mecanismos que possam facilitar a aprendizagem do aluno com necessidades educacionais especiais.

Entendo o planejamento escolar como um facilitador de condições para o professor conseguir construir formas concretas de transformações de sua realidade escolar. No entanto, para que isso ocorra se faz necessário que, junto com a mediação do professor, sejam desenvolvidas as capacidades necessárias para a formação do aluno, tornando-o capaz de conviver em sociedade, sendo o mais autônomo possível, mesmo com suas especificidades e/ou limitações.

Acredito que a educação seja capaz de derrubar barreiras ou distinções do ser humano, principalmente, no espaço de aprendizagem, provocando nos educandos novos desafios para que assim possam alcançar diferentes saberes a partir dos que já possuem. E o lugar onde é possível vivenciar esses desafios, essa busca pelo conhecimento, por competências e por habilidades é a escola.

Estamos inseridos em uma sociedade que busca resultados em tudo que é realizado e no âmbito escolar esse processo não é diferente. Pois, cada dia é cobrado mais do educando e, conseqüentemente, dos profissionais da área.

Sendo assim o espaço escolar torna-se singular, pois nele se encontram professores e alunos que participam de diferentes ambientes sociais e que necessitam estabelecer um contato próximo. Como lembra Vasconcellos (2003), o professor necessita colaborar com a formação do educando na sua totalidade - consciência, caráter, cidadania, tendo como mediação fundamental o conhecimento, visando à emancipação humana.

No entanto, quando falamos em educação especial, desenvolver o educando em sua totalidade, visando uma autonomia plena, torna-se um fazer fatigante, pois se trata de indivíduos que possuem especificidades e desenvolvem-se de uma maneira diferente, cada qual a seu modo e tempo. E, assim, o olhar do educador necessita ser ainda mais atento e ter informações bem específicas sobre esse sujeito.

3 AS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E O MOVIMENTO APAEANO

As raízes culturais e históricas do fenômeno “deficiência” sempre foram marcadas pelo preconceito. Partindo dessa problemática, famílias e amigos reuniram-se com o objetivo de quebrar paradigmas e buscar novas alternativas de vida para seus filhos com deficiência intelectual ou múltiplas deficiências, possibilitando a inclusão dos mesmos na sociedade com a garantia de direitos como qualquer outro cidadão.

Na segunda metade do século XIX, de acordo com Garcia e Moreno (1992), especialistas franceses e ingleses defendiam a criação de escolas especiais como alternativas para o grande número de crianças e jovens inadequadamente internadas em asilos e instituições psiquiátricas. Reconheciam que os espaços não eram apropriados às necessidades daquela população específica, nem compatíveis com suas capacidades e potencialidades. As escolas especiais surgiram como alternativa, constituindo ambientes escolares especializados, legitimados pela norma legal.

Sendo assim, surgiram, no Brasil, os primeiros institutos para pessoas com deficiência como o Instituto dos Meninos Cegos em 1854, seguido pelo Instituto de Surdos-Mudos em 1957, ambos por questões sociais e influência do poder público. Há poucos registros de pessoas com deficiência intelectual, assim como poucas instituições antes de 1920, pois não havia registro de providências educacionais. Em grande parte, a educação era vinculada ao campo médico.

Associações de familiares e amigos que tiveram um olhar diferenciado perante esses sujeitos, que conviviam com um Estado que não os enxergava e sim os discriminava, tendo a missão de educar, prestar atendimento médico, suprir suas necessidades básicas de sobrevivência e lutar por seus direitos, pensando sempre na inclusão social desses indivíduos.

Toda essa mobilização ocorreu devido ao apoio de diversos profissionais de diferentes áreas, que buscaram conhecimentos e informações em organizações parecidas do exterior. Na segunda metade do século XIX, especialistas franceses e ingleses defendiam a criação de escolas especiais como alternativas para o grande número de crianças e jovens inadequadamente internadas em asilos e instituições psiquiátricas. Reconheciam que os espaços não eram apropriados às necessidades daquela população específica, nem compatíveis com suas capacidades e

potencialidades. As escolas especiais surgiram como alternativa, constituindo ambientes escolares especializados. Assim, eles trocaram experiências com pessoas de outras nacionalidades que também sofriam com o desinteresse do Estado perante essas pessoas.

Foi então que surgiu, no Brasil, uma mobilização que começou a prestar serviços de educação, saúde e assistência social para pessoas com deficiências intelectuais e/ou múltiplas deficiências, sendo denominada Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE). Hoje ela conta com mais de 350 mil pessoas com deficiências, organizadas em 2178 unidades presente em todo o território nacional.

A APAE de Três Passos/RS, local onde realizei minha pesquisa, foi fundada em 24 de setembro de 1969, sendo a de número 242 no país, por um grupo de pessoas que também sentiram necessidade de uma escola especial para atender pessoas com deficiência nesse município.

A APAE é uma associação filantrópica, que se caracteriza por ser uma organização social, cujo objetivo principal é promover a atenção integral à pessoa com deficiência intelectual e múltipla. A Rede APAE destaca-se por seu pioneirismo e capilaridade.

O movimento Apaeano tem como Missão promover e articular ações de defesa de direitos, prevenção, orientações, prestação de serviços, apoio à família, direcionadas à melhoria da qualidade de vida da pessoa portadora de deficiência e à construção de uma sociedade justa e solidária. (REGIMENTO APAE, 2018 p.11)

O mantenedor da Escola de Educação Especial APAE de Três Passos/RS é o movimento Apaeano, que mantém o atendimento ambulatorial do Sistema Único de Saúde (SUS), o qual dispõe de atendimentos como: médico, fisioterapia, fonoaudiologia, psicológico, estimulação precoce, assistência social e terapia educacional. Também possui o CAEE (Centro de Atendimento Educacional Especializado) que visa atender pessoas com deficiência intelectual e/ou múltiplas. Esse serviço está sendo ofertado para alunos de escolas de ensino regular, que não possuem esse tipo de atendimento e que frequentam a APAE no contra turno. Atualmente são atendidos, aproximadamente, 130 alunos, oriundos dos municípios de: Bom Progresso, Esperança do Sul, Tiradentes do Sul e Três Passos. A instituição conta com 30 profissionais entre esses: médico, neurologista, psicólogo, terapeuta ocupacional, fonoaudiólogo, fisioterapeuta, assistente social, professores,

educadores especiais, entre outros como auxiliares de limpeza, monitores, merendeira, direção e coordenação.

3.1 O planejamento escolar com a implementação do plano educacional individualizado (PEI)

Para implementação das ações institucionais, a FENAPAES, (Federação Nacional das APAES), atualmente, conta com coordenações nacionais, organizadas em oito áreas de atuação, que pesquisam, estudam e implementam as políticas públicas, junto às unidades da Rede APAE, sob a coordenação dessa Federação: arte, educação para o trabalho, emprego e renda, autogestão, auto defensoria e família, educação física, desporto e lazer, assistência social, educação e ação pedagógica, defesa de direitos e mobilização social, prevenção e saúde.

Pensando nos alunos com necessidades educacionais especiais, o departamento de educação e ação pedagógica lançou como estratégia a implementação de um sistema de ensino unificado de nível nacional, onde será desenvolvido um Plano Educacional Individualizado (PEI) para cada educando, contemplando assim o atendimento que cada um necessita para a aquisição de seus aprendizados.

Para a unificação desse sistema, a rede APAE apoiada por sua federação (FENAPAES) obtiveram como embasamento geral para a aquisição desse sistema unificado, Leis e Diretrizes da LBD de 1996, legislações, como Lei nº 7.853/1989, regulamentada pelo Decreto nº. 3.298/1999, bem como as Leis nº 10.048 e 10.098 de 2000, e o Decreto nº. 5.296/2004 (Decreto da Acessibilidade), que situa o Brasil como um dos países de sólida base legal para as pessoas com deficiência, no sentido de sua cidadania plena.

A Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, (BRASIL, 2007) integrada à Constituição de 1988 com status de emenda constitucional, é a expressão mais alta da norma legal que garante os direitos e coloca as pessoas com deficiência no lugar de cidadão no país.

Por sua vez, a Lei Brasileira de Inclusão (LBI) Lei nº. 13.146/2015, destinada a assegurar e promover o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais da pessoa com deficiência visa, a sua inclusão social e cidadania, reafirmando os valores democráticos e sua dignidade humana. Em relação à autonomia, essa lei

estabelece que a deficiência não afeta a plena capacidade civil da pessoa, inclusive para:

[...]casar e constituir união estável; exercer direitos sexuais e reprodutivos; exercer o direito de decidir sobre o número de filhos e de ter acesso a informações adequadas sobre reprodução e planejamento familiar; conservar sua fertilidade, sendo vedada a esterilização compulsória; exercer o direito à família e à convivência familiar e comunitária; exercer o direito à guarda, à tutela, à curatela e à adoção, como adotante ou adotando, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas (BRASIL, 2015).

Assim, torna-se possível assegurar que sujeitos com deficiências possuem direitos como qualquer outro cidadão, e a Federação das APAES (Fenapaes) compromete-se com os seguintes valores implícitos nos direitos humanos e liberdades fundamentais:

Equidade e igualdade de direitos, pressupondo o tratamento diferente como garantia de igualdade de oportunidade, de afirmação e inclusão social; Respeito pela dignidade inerente à pessoa humana e à sua independência, inclusive a liberdade de fazer as próprias escolhas com autonomia individual; Plena e efetiva participação e inclusão na sociedade; Respeito pela diferença e pela aceitação das pessoas com deficiência como parte da diversidade humana; Acessibilidade plena; Respeito pelas capacidades em desenvolvimento de crianças com deficiência e respeito pelo direito de preservar sua identidade. (FENAPAES, 2011, p. 20-21).

Esses são os valores implicados na educação, que pontuam questões como o respeito pelo estudante, o reconhecimento de suas singularidades e capacidades, histórias e vivências e são fundamentais para o planejamento de um sistema de ensino que busca qualidade, aprendizado, reconhecimento e bem-estar para educandos de escolas de educação especial, que lhe permitam o pleno desenvolvimento, em condições de liberdade e dignidade, tendo o educando como centro do processo educativo.

Estando assegurado por lei, o indivíduo com deficiência mental e/ou múltiplas deficiências, possui o direito de uma educação de qualidade que atinja os objetivos citados, aproximando a vida desse sujeito para a normalidade, buscando a autonomia e independência em suas atividades diárias.

Sendo assim, para realizar um planejamento adequado a esses educandos, buscou-se como referencial teórico uma abordagem sócio interacionista do estudioso Lev Semmionovich Vygotsky, como a Zona de Desenvolvimento Proximal e as Funções Psicológicas Superiores, tendo como objetivo amparar a prática

escolar desenvolvida em uma escola especial com alunos apresentando deficiência mental (DM).

Vygotsky (1984) é conhecido no meio acadêmico e contribuiu, significativamente, com a área da educação especial. Constitui-se como um marco que embasa a prática docente, pois abrange conhecimentos sobre o processo de desenvolvimento e aprendizagem das pessoas que possuem deficiência mental. Em seus estudos acreditava nas influências exercidas pelo meio no desenvolvimento dos sujeitos. Tendo como referência o ambiente cultural no qual o indivíduo nasce e se desenvolve, concentrando suas pesquisas nos aspectos culturais, assim explicam-se as mudanças que ocorrem no homem ao longo do seu desenvolvimento, sendo o sujeito um ser interativo, pois constrói o conhecimento e se constitui a partir de relações intra e interpessoais que estabelece ao longo da vida.

O autor, para a formulação de sua teoria, colocou como hipótese que o sujeito constrói sua aprendizagem muito antes de ingressar em uma instituição formal de ensino, sendo assim, analisou que a aprendizagem não é superposta ao desenvolvimento, nem é procedente ao mesmo, mas, ao contrário, a aprendizagem, por potencializar zonas proximais, é anterior ao desenvolvimento, o qual se estabelece interligado à aprendizagem.

Segundo os autores Newman, Griffin; Cole (1991), a zona de desenvolvimento proximal (ZDP) representa não apenas a ajuda de um sujeito mais capaz (adulto), mas um locus em que significados são compartilhados e negociados socialmente. Essa negociação pode ocorrer na escola, onde professores e alunos têm a possibilidade de agir conjuntamente, repartindo e expressando suas compreensões sobre um mesmo fato, conteúdo, objeto.

Do mesmo modo que crianças não necessitam conhecer a análise cultural completa da compreensão de uma ferramenta para começar a utilizá-la, o professor não tem o porquê dispor de uma análise cultural completa da compreensão que as crianças têm da situação para começar a utilizar suas ações dentro do sistema maior. (NEWMAN; GRIFFIN; COLE, 1991, p.80).

Através dessa citação percebemos que o ensino deixa de embasar-se apenas no que já foi estruturado pela criança e testado pelo adulto, como a comprovação do nível real do desenvolvimento, mas sim deve seguir os processos de formação adaptando às condições de cada educando. E através dessas ações educativas e

interpessoais o ensino age como instrumento gerador e possibilitador da transformação dos processos Inter psicológicos em processos intrapsicológicos, diferenciando as zonas de desenvolvimento proximal em real, desenvolvendo as funções psicológicas superiores e, conseqüentemente, novas aprendizagens em todos os partícipes do enredo educativo.

Desta forma, busca-se, com o uso do PEI, um planejamento diferenciado para cada educando, que atinja os objetivos específicos e respeite o nível real do desenvolvimento em que ele se encontra e leve em conta a ZDP para promover desenvolvimento. Dentro de uma sala de aula, por exemplo, na EJA (Educação de Jovens e Adultos) encontramos educandos em diferentes níveis de escolarização, uns podem estar alfabetizados enquanto outros apenas escrevem seu nome e realizam cópias, porém não alfabetizados.

Partindo desse pressuposto o PEI vem ao encontro do educador que busca de uma forma individual, trabalhar as necessidades específicas do aluno com necessidades educacionais especiais, pois o mesmo realizará um plano para cada educando, partindo assim das particularidades de cada sujeito inserido em sua sala de aula.

Tratando-se das aprendizagens dos sujeitos com deficiência mental e/ou múltiplas deficiências, faz-se necessário um conhecimento maior do que esse necessita para conseguir levar uma vida mais independente possível. Para isso, as instituições APAES em nível nacional estão realizando o PEI, que

[...]consiste em uma estratégia para favorecer o atendimento educacional especializado, com objetivo de elaborar e implementar gradativamente programas individualizados de desenvolvimento escolar, assim como auxiliar os docentes na elaboração de planejamento de estratégias pedagógicas de forma colaborativa. Oferece parâmetros pedagógicos mais claros no processo de avaliação para cada aluno, respeitando suas especificidades, principalmente sem negar os objetivos gerais indicados pelas propostas curriculares das escolas (PLETSCH, 2013, p.46).

É papel da escola proporcionar condições para que o aluno com deficiência desenvolva suas capacidades a partir do processo de ensino e aprendizagem, de forma que este promova conhecimento e desenvolvimento, garantindo seu direito como cidadão. No entanto é necessário rever o currículo e as práticas destinadas aos alunos com deficiência, propiciando um planejamento voltado à sua

aprendizagem e desenvolvimento e, segundo a Federação Nacional das APAEs, o PEI é o caminho mais indicado para isso.

O PEI pode ser definido como uma estratégia para promover o desenvolvimento e a futura inserção social e laboral de alunos com deficiência (PLETSCH, 2009). É um importante instrumento pedagógico que direciona as práticas pedagógicas de maneira específica para cada educando. A sua utilização é também indicada em escolas especiais e/ou classes especiais que funcionam em Instituições privadas/filantrópicas e redes de ensino públicas, sempre com caráter colaborativo.

Para os profissionais da educação que desenvolvem seus trabalhos com sujeitos com deficiência, o PEI é uma ferramenta que auxilia, principalmente, na elaboração de um planejamento que busca compreender o educando como um todo, desenvolvendo o mesmo em sua totalidade, porém, dentro das suas potencialidades.

As práticas educativas dentro de uma escola especial, historicamente, sofreram influências da visão clínica e assistencialista, deixando de lado o saber pedagógico. Dificultando, dessa forma, a aprendizagem e o desenvolvimento dos mesmos, que durante muito tempo tinham acesso, prioritariamente, às atividades que possibilitavam apenas o desenvolvimento de habilidades sociais e manuais, permanecendo a maior parte do tempo nas escolas e/ou instituições, realizando atividades de vida diária e/ou sociais.

Sendo assim, com o intuito de desmistificar esse olhar assistencialista e pensando no desenvolvimento integral dos educandos na área acadêmica, a rede FENAPAES sugere a implementação do PEI nas escolas de educação especial mantidas pela APAE, tendo como objetivo principal ser o facilitador do planejamento individual de cada estudante, sendo possível a realização de um trabalho específico para cada aluno.

O currículo na perspectiva de uma escola de educação especial, deve fazer sentido para todos os educandos, sendo este por meio de práticas curriculares que possibilitam a permanência dos mesmos nas escolas, bem como, possa garantir a qualidade e o desenvolvimento desses, pois como nos aponta Vygotsky (1989), a instituição escolar não só deve adaptar-se às deficiências, mas também lutar contra elas, superando-as.

E, é justamente neste ponto, que se encontra a relevância do PEI, colaborar de maneira concreta para o processo de ensino e aprendizagem dos estudantes com deficiência, de forma contextualizada com os objetivos e com a proposta curricular que será desenvolvida para toda a turma, funcionando como mediação entre o professor e o estudante.

A elaboração do PEI não é uma tarefa simples, pois requer um vasto e amplo conhecimento sobre o aluno, devendo ser estruturado e avaliado a partir de um trabalho em equipe periodicamente, sendo necessária a participação da equipe multidisciplinar da instituição de ensino (APAE), a participação da família, e quando possível, do próprio aluno. Em outras palavras, segundo o ponto de vista de Marin; Braun (2013, p.53), atento às necessidades reais do aluno “o que quer ensinar, como se vai avaliar, quem é o responsável por acompanhar cada ação.” Portanto, O PEI demanda um amplo e minucioso processo de elaboração e avaliação.

Contudo, para a elaboração do PEI, primeiramente, o educador deverá realizar um estudo de caso de cada educando, onde observará aspectos importantes sobre o desenvolvimento das habilidades sociais, práticas e conceituais, percebendo as particularidades que o educando possui em relação à sua comunicação, aspectos acadêmicos, cuidados pessoais, vida doméstica e convívio social.

Porém, somente será possível a elaboração desse estudo de caso se acontecer de forma efetiva a participação dos demais profissionais que realizam atendimentos com o aluno, bem como a participação da família, a qual possui uma função de suma importância nesse contexto, com informações sobre a vida social e familiar do educando, a qual não é possível ser observado somente no ambiente escolar. Após realizar o estudo de caso será possível a realização do Plano Educacional Individualizado. Assim podemos observar no quadro a seguir:

Níveis	Descrição
Nível I – Identificação	Identificação das necessidades educativas dos alunos.

Nível II – Avaliação	Avaliação das áreas “fortes” e “fracas” do aluno. Nesse nível ocorre a elaboração do PEI entrelaçado com as adaptações curriculares e ambientais (manejo de sala de aula) necessárias para atender o aluno.
Nível III – Intervenção	Ocorre a intervenção a partir dos objetivos propostos no PEI e a reavaliação do aluno.

Quadro 01 - Níveis de Planejamento do PEI

Fonte: Glat; Pletsch, 2013.

A avaliação do aluno com deficiência deverá estar voltada para reconhecermos os apoios e suportes que deverão ser oferecidos para este educando, com o objetivo pedagógico e não o clínico, a fim de atendermos as suas especificidades, por meio de um planejamento que promova sua aprendizagem e desenvolvimento.

O PEI não tem como objetivo individualizar as atividades pedagógicas, isolando os alunos em sala de aula, e sim promover ações pedagógicas que objetivam a aprendizagem de todo o grupo. O tema trabalhado pode e deve ser o mesmo, porém a atividade realizada será específica para cada aluno conforme suas necessidades e potencialidades.

Individualizar o ensino não significa particularizar a ação pedagógica a ponto de segregar o aluno do grupo. O objetivo da individualização é incluí-lo na situação de aprendizagem que os outros estão vivenciando, com as devidas adequações para que sua participação seja efetiva. É atender às diferenças individuais que o aluno possa apresentar em decorrência das especificidades de seu desenvolvimento, sejam neurológicas, cognitivas e/ou sensoriais (MARIN; BRAUN 2013, p. 56).

Contudo, segundo a análise dos componentes básicos que compõem a estrutura para construção de um PEI, torna-se possível atender as necessidades e prover o desenvolvimento destes educandos. Especialmente em se tratando da avaliação do aluno com deficiência intelectual, a qual deve ser pensada priorizando seu caráter de continuidade e não o de terminalidade.

Portanto, investigar a gestão dentro da sala de aula, partindo de uma perspectiva relacionada ao PEI, é de grande relevância, visto que a gestão da sala

de aula é um conjunto de fatores que garantem uma aprendizagem significativa. Contudo, o educador, enquanto gestor da sala de aula precisa apoderar-se de uma formação continuada, dos conhecimentos e habilidades necessários ao bom exercício de seu papel como docente.

4 OS DESAFIOS E AS POSSIBILIDADES DO PLANEJAMENTO COM O PEI

Nesse capítulo será apresentada a análise dos dados obtidos através dos questionários entregues na escola de educação especial APAE de Três Passos, para uma gestora, uma educadora especial e a coordenadora pedagógica dessa instituição. Sendo a gestora formada em Educação Física (licenciatura e Bacharel) com especialização em educação inclusiva, atua na escola há 10 anos, porém no cargo de gestora está há apenas 1 ano e 8 meses. A educadora especial, possui licenciatura em Educação Especial e Pós-Graduação em Gestão Educacional, atua nessa área há 4 anos. A Coordenadora Pedagógica possui formação no Magistério, curso de deficiência mental e múltiplas deficiências, pedagogia – Supervisão e orientação de escolas, especialização em psicopedagogia clínica e institucional, curso de Atendimento Educacional Especializado (AEE), atua na área há 20 anos.

O levantamento teve como intenção aproximar aquilo que havia sido vivenciado na escola, através de algumas observações, com as experiências dessas professoras, tendo em vista perceber quais as possibilidades, bem como, as dificuldades que o professor encontrará dentro da sua sala de aula com a implementação do Plano Educacional Individualizado (PEI).

Pensando na inclusão dos alunos com deficiência, lembramos apenas daqueles que se encontram na escola regular. Porém, a inclusão abrange todos os espaços, sendo dever do educador especial possibilitar que ela ocorra de fato em todos esses. Desde uma escola de educação especial, onde todos os educandos que ali se encontram apresentam necessidades educacionais especiais, no entanto cada um suas particularidades, o que permite que alguns se sobressaiam diante de outros que possuem outras ou mais dificuldades.

Esses educandos estão em um espaço de educação diferenciado (especial) para a condição em que se encontram, porém em turmas de 7 a 15 educandos com diferentes tipos de deficiência, dificuldades e especificidades. Cabe então ao educador de uma maneira homogênea incluir todos os educandos nas atividades propostas, trabalhando dentro do que cada um é capaz de desenvolver.

A organização do planejamento escolar é um dos pontos essenciais para que a escola obtenha bons resultados de ensino. Sem planejamento, cada um realiza suas próprias atividades sem uma coordenação que integre esse trabalho aos objetivos pedagógicos da escola.

Cuidar para que isso não ocorra é função do gestor e do coordenador pedagógico. E a maneira que eles têm de fazer esse acompanhamento é através da elaboração do planejamento escolar, que se desdobra no calendário do ano letivo, na criação de planos de aula e no planejamento de todas as demais atividades previstas.

Sabendo da importância do planejamento e buscando realizar um paralelo entre o planejamento educacional sem o PEI e a realização do planejamento com o mesmo a primeira questão do questionário foi: **Como acontecia o planejamento escolar antes da implementação do PEI?**

EDUCADORA ESPECIAL	<i>“O planejamento era feito de modo coletivo, para toda a turma, pensando em cada aluno, porém não era feito todo o processo avaliativo das particularidades de cada educando. O planejamento era feito a partir de um projeto a ser desenvolvido em toda a escola, mas cada turma direciona os assuntos de interesse, potencialidades e necessidades de seus educandos.”</i>
GESTORA	<i>“O planejamento escolar, antes do PEI sempre foi a partir dos temas, subtemas, onde o professor planeja para a turma, mas considerando a capacidade e/ou necessidade individual de cada aluno.”</i>
COORDENADORA PEDAGÓGICA	<i>“Planejamento focado basicamente em atividades para a turma, com dinâmicas mais generalizadas, centradas no grupo de modo geral, com atividades iguais para todos. (Com possibilidade de um currículo funcional). Desenvolvimento homogêneo da turma e não do estudante”.</i>

Observa-se que as respostas estão correlacionadas, que tanto a educadora especial a qual desenvolve o trabalho diretamente com os alunos em sala de aula, como a gestora e a coordenadora ressaltam que antes da implementação do PEI os planejamentos eram realizados para as turmas, através de um plano temático que

era elencando um tema para a escola, sem perceber de fato as dificuldades e as potencialidades de cada educando.

Percebe-se assim a importância de realizar um plano, respeitando as singularidades dos alunos. Tanto em uma escola de educação especial como em uma escola regular se faz necessário esse olhar diferenciado do professor com os sujeitos com necessidades educacionais especiais. Com a implementação do PEI se encurtará as barreiras entre o educador e o educando, facilitando o planejamento das aulas.

Ao pensar o planejamento pedagógico para o aluno com deficiência intelectual é preciso considerar ações que propiciem o desenvolvimento e a superação das suas limitações. Como afirma Mantoan (2008, p. 124), a “saída de uma posição passiva e automatizada diante da aprendizagem para acesso e apropriação ativa do próprio saber”, ou seja, na escolarização de pessoas com deficiências que frequentam uma escola de educação especial, o currículo necessita ser flexível e adaptado conforme as necessidades que os educandos apresentam. Portanto é necessário que o professor procure novas alternativas que vão ao encontro de uma aprendizagem significativa para esses sujeitos, saindo assim da sua zona de conforto e buscando novas estratégias metodológicas.

A partir da realização do PEI, que se tornou uma ferramenta de auxílio no sistema de ensino e aprendizagem das APAES em nível nacional, partimos para a questão dois que era: **Como ocorre o processo de realização desse plano individual para cada aluno?**

EDUCADORA ESPECIAL	<i>“É um processo lento, denso e bem minucioso, sendo que partimos de uma avaliação individual dos potenciais e das dificuldades de cada educando, sendo avaliado em diversas áreas da vida escolar e cotidiana. Uma avaliação feita para além do diagnóstico desses sujeitos.”</i>
GESTORA	<i>“O PEI vem com uma proposta diferente, onde considera muito mais as particularidades do educando. Primeiro se faz todo um “estudo”, inclusive familiar, para posteriormente chegar no</i>

	<i>planejamento. Avalia-se todas e várias áreas, é bem minucioso.”</i>
COORDENADORA PEDAGÓGICA	<i>“Essa proposta foi elaborada pela Federação Nacional das APAES, com a edição do material, em seguida houve a formação de multiplicadores e logo após para todo os docentes, unificando assim a proposta em todas as APAES. Inicialmente orientou-se em fazer um diagnóstico do aluno com o objetivo de conhecer o aluno em todos os aspectos, bem como identificando suas necessidades e dificuldades. Levantamento em diferentes áreas, incluindo todo o conhecimento já construído. Desta forma existe condições de se elaborar o PEI e intervenções a partir dos objetivos propostos e a reavaliação do aluno.”</i>

Analisando as respostas das colaboradoras da pesquisa é possível perceber que a implementação do PEI na APAE de Três Passos/RS, foi algo bastante desafiador e que exigiu a contribuição de toda a comunidade escolar, professores, gestão e coordenação, equipe multidisciplinar, família e, quando possível, o próprio educando.

Existem critérios bem definidos para a construção do PEI, alguns autores, como Valadão (2010) relata, por exemplo, a necessidade de: autorização dos pais e/ou responsáveis pelo educando, avaliação pedagógica inicial, equipe multidisciplinar na sua elaboração, metas e prazos estipulados e relatados, sujeitos a avaliações periódicas.

O PEI não é uma proposta elaborada de forma isolada, sem conexão com os objetivos e o currículo da instituição. Pelo contrário, ele é uma proposta de intervenção específica e individualizada pensada a partir do contexto em que o sujeito está inserido. (PLETSCH, 2014, p.38).

Segundo a autora citada, o PEI é um trabalho colaborativo, coletivo, que deve acontecer em todos os segmentos de uma escola com a intenção de inserir o educando no processo de ensino e aprendizagem, de modo homogêneo, porém respeitando suas especificidades.

Dando prosseguimento a pesquisa, outra questão foi a seguinte: **O PEI favorecerá o planejamento do professor em sala de aula?**

EDUCADORA ESPECIAL	<i>“Possuímos bastante dificuldade nos momentos iniciais com o PEI, levando em consideração toda a avaliação inicial a ser feita, mas depois que o perfil de cada educando é montado, o processo fica mais simples, pois o educador pode então observar as potencialidades e dificuldades dos seus educandos e a partir daí pode-se pensar no planejamento da turma. Porém, como temos turmas grandes e com alunos muito diferentes entre si, nas questões cognitivas, motoras, etc. Acaba se tornando difícil concretizar a proposta do PEI.”</i>
GESTORA	<i>“Sim. Quanto mais informação sobre o mesmo, melhores os resultados. Antes da aplicação do PEI, realiza-se um estudo detalhado o qual demanda tempo. É uma proposta que é novidade para nossa escola, mas apostamos nos resultado”.</i>
COORDENADORA PEDAGÓGICA	<i>“Acredito que sim, pois se o professor construir um diagnóstico de cada aluno, conhece o seu potencial, bem como suas necessidades, terá condições de oferecer e elaborar um planejamento pedagógico que complete a todos os alunos em suas especificidades. Lembrando que os alunos necessitam de apoios diversificados, no que se refere à tipo, quantidade, intensidade e duração para possibilitar seu desenvolvimento e aprendizagem.”</i>

Através dessa questão é possível perceber que existe uma disparidade nas respostas. Na resposta da educadora especial é visível a aflição da mesma em relação à aplicação desse PEI em sala de aula. Ela, no papel de educadora, iria ministrar sua prática pedagógica com diferentes alunos, que possuem dificuldades,

necessidades e habilidades distintas, realizando assim um planejamento para toda a turma, porém com a intenção de desenvolver de forma individual cada educando, que se encontra inserido nesse espaço e tempo. Levando, ainda, em consideração a heterogeneidade e tamanho da turma, a aflição na fala da educadora especial é visível, quando a mesma deixa claro que “acaba se tornando difícil a concretização da proposta do PEI” pois a mesma encontra-se em contato direto com os educandos e sub entende que a prática do PEI em sala de aula não será uma tarefa fácil, que exigirá do educador muitas observações e criatividade na elaboração dos seus planejamentos, buscando torna-los acessíveis a todos e específico para cada sujeito.

Já na visão da coordenadora e da gestora, essa nova proposta de trabalho, busca o desenvolvimento integral dos educandos de maneira individual, porém dentro do coletivo. Para essas duas sujeitas é um trabalho minucioso e que exigirá do professor tempo e atenção, porém destacam a preocupação somente no momento da realização do próprio planejamento e não no momento da aplicação dentro da sala de aula. Em contraponto, percebe-se que a educadora especial, que é a profissional que está em contato direto com os educandos, demonstra possuir maior dificuldade na prática do PEI em sala de aula.

Nesse primeiro momento, de implementação do PEI, percebe-se que tem sido muito desafiador, porém pode-se observar que pode ser de grande valia no processo de ensino e aprendizagem de pessoas com necessidades educacionais especiais. Pois, para uma verdadeira inclusão acontecer, mesmo sendo uma escola especial, se faz necessário realizar um trabalho significativo, contemplando ações pedagógicas relevantes para o aluno. E isso só poderá ser possível por meio de um PEI, ou seja, para atender a essa demanda de alunos é necessário um plano diferenciado, consonante ao seu nível intelectual.

Dessa forma, é de suma importância que o educador busque estratégias para trabalhar com os alunos complicados/comprometidos. Se o arranjo habitual do espaço de sala de aula não funciona com esses alunos, se os livros e materiais didáticos não são adequados para eles, se, enfim, as atividades planejadas não os motivam, é preciso modificá-las, inventar novas formas, experimentar, assumir o risco de errar e dispor-se a corrigir. Assim como, se a heterogeneidade e tamanho da turma estão inadequados, deve-se repensar e reorganizar, pensando na qualidade dos processos de ensino-aprendizagem.

Porém, se faz necessário entender e buscar alternativas para os anseios que os educadores encontram em relação a implementação desse plano individual, por esse motivo realizei a seguinte pergunta: **Quais são as dificuldades encontradas com a implementação do PEI na APAE de Três Passos/RS?**

EDUCADORA ESPECIAL	<i>“Pensar individualmente em cada educando sendo que temos turmas grandes é uma dificuldade; identificar e avaliar todas as facilidades e dificuldades dos educandos; elaborar um planejamento significativo que atinja todos os educandos”</i>
GESTORA	<i>“O tempo é uma dificuldade. O professor, além de todos os afazeres e responsabilidades diários, precisa descrever todo o perfil do aluno, toda a parte da entrevista com as famílias, identificando individualmente as particularidades. Após a primeira etapa, parte para a prática, pensando e descrevendo a proposta para a sua aula. Isto é feito aluno por aluno, turma por turma. Exige muita atenção, dedicação e seriedade”.</i>
COORDENADORA PEDAGÓGICA	<i>“Na identificação de necessidades comuns a todos e nas necessidades individualizadas que precisam ser compreendidas e atendidas. Envolvimento da família nesse processo, na construção coletiva dessa proposta. Diferenciação do processo de ensino-aprendizagem mediante a flexibilização e adaptações curricular e conforme as necessidades educacionais dos alunos observados em suas individualidades”.</i>

Percebe-se aqui que um dos maiores problemas é o segundo nível da implementação do PEI, o qual está relacionado com a prática do docente em sala de aula, pois o mesmo deverá encontrar meios e subsídios que contribuam para a realização de um plano coletivo, mas, que consiga dispor de um planejamento

individualizado para cada educando com o objetivo principal de trabalhar a especificidade de cada sujeito.

A contribuição da família também ganha destaque no que corresponde as dificuldades encontradas pela APAE de Três passos para a realização do diagnóstico do aluno, para posterior realização do PEI. Pois, segundo minhas observações, muitos alunos residem em outros municípios e dependem de transporte para irem à escola, assim como seus pais, por isso acontece a falta de comprometimento e de participação nas reuniões, como também não colaboraram com o professor não respondendo de maneira correta a entrevista. Isso tudo dificulta o trabalho do professor, o qual precisa da colaboração da família como ponto de partida para a realização do PEI, pois é através dessa que os conhecimentos de suas capacidades e dificuldades, que não são percebidas dentro do contexto escolar, serão expostas.

No entanto, tendo como base as observações realizadas na APAE de Três Passos, campo da minha pesquisa, bem como no embasamento teórico, penso que existem mais possibilidades para o educador e educando do que dificuldades com a utilização do PEI como ferramenta de trabalho. Nesse sentido a próxima questão foi: **Quais são as possibilidades, tanto para o educando como também para o educador, com a implementação do PEI na escola?**

EDUCADORA ESPECIAL	<i>“Para o educando, a ideia é que sempre se pense individualmente suas potencialidades e dificuldades, e se o professor conseguir atingir seus objetivos irá colaborar para o desenvolvimento desse sujeito. Para o educador, o PEI facilita o nosso olhar e planejamento.”</i>
GESTORA	<i>“Penso que o PEI vem para facilitar o trabalho do professor. É um trabalho minucioso, mas traz uma bagagem de informações para facilitar o planejamento. São recursos importantes para implementar o PEI”.</i>
	<i>“Fomentar o desenvolvimento do aluno eliminando barreiras no processo de ensino-aprendizagem.</i>

COORDENADORA PEDAGÓGICA	<i>Promover o desenvolvimento e a futura inserção social e laboral do aluno com deficiência. Colaborar no processo de ensino-aprendizagem da pessoa com deficiência”.</i>
------------------------------------	---

Dessa maneira, acredito que o PEI se apresenta como instrumento pedagógico que pode auxiliar a identificar e reconhecer os conceitos espontâneos que o aluno traz. Assim como, oferecer e trabalhar o currículo proposto, fazendo com que os alunos com deficiência intelectual possam elaborar o pensamento interpretando a realidade que os cerca, saindo do lugar comum e se apropriando dos conceitos científicos ofertados pelo espaço escolar em que estão inseridos.

Mesmo apresentando diversos entraves para a sua realização, bem como para a aplicação do mesmo em sala de aula, O PEI é algo que possibilitará desenvolver atividades que venham ao encontro direto das necessidades educacionais que o educando necessita. Cabe então ao educador procurar juntamente com toda a equipe da instituição de ensino, alternativas para conseguir gestar sua sala de aula, relacionando um mesmo tema estudado, com um planejamento individual para cada educando.

Nesse sentido, a gestão escolar deve estabelecer períodos para que esse planejamento ocorra, facilitando assim o trabalho dos educadores, com o auxílio de toda a equipe, também cursos e formações para que o educador possa buscar conhecimentos e aprimorar sua prática pedagógica.

É possível perceber que o olhar da gestão escolar se torna indispensável para a realização de um bom trabalho, assim sendo, dentro da minha pesquisa, busquei **compreender se o educador tem o auxílio da gestão escolar ou dos demais colegas educadores na elaboração do PEI**. As respostas obtidas estão no quadro a seguir:

EDUCADORA ESPECIAL	<i>“Sim, os colegas da APAE colaboram muito nesse processo, costumamos planejar as aulas em um mesmo local, assim podemos pedir opinião, ideias, e também colaborar com o planejamento dos colegas. Assim como, quando ainda não trabalhamos com algum aluno e outro professor já</i>
---------------------------	---

	<i>trabalhou, pode dar dicas e auxiliar nesse processo”.</i>
GESTORA	<i>“Enquanto gestora, o que foi encaminhado em nossa escola é o trabalho da coordenadora pedagógico junto com os professores para a realização do PEI. Tenho conhecimento de todos os seus passos, desde a elaboração. Participei das reuniões onde encaminhamos todas as explicações, teoria, fundamentando a importância da implementação do PEI. Portanto, primamos pela parceria e trabalho em conjunto com os demais professores/colegas, bem como coordenação e direção”.</i>
COORDENADORA PEDAGÓGICA	<i>“É essencial ao educador ter o auxílio de todos os segmentos, pois requer o conhecimento sobre o aluno, trocas entre colegas, sempre reavaliando a partir de um trabalho em equipe periodicamente, fazendo necessária a participação da família e do próprio aluno quando possível. O gestor é o principal colaborador do professor.”</i>

O que percebo ao observar as respostas é que na APAE de Três Passos a organização em relação ao planejamento ocorre de maneira completa, com a participação e auxílio de todos os segmentos da escola. Pois é um trabalho que envolve: os alunos, pois as atividades e os temas seguidos partem do interesse, das necessidades e das dificuldades dos mesmos; dos professores que realizam esse processo de investigação diagnóstica e a realização da prática; da coordenação que estabelece as reuniões com significativas trocas de conhecimentos e, claro, da gestão escolar, que dispõem desse tempo para que o planejamento e as trocas entre os colegas educadores de fato ocorram. Ela também possibilita diversos cursos de formação a nível regional das APAEs, que foi possível perceber durante a minha observação na instituição.

Sendo assim, Valadão (2010) ressalta a importância do trabalho colaborativo, no qual cada um contribui com as suas experiências e capacidades para o processo de desenvolvimento do aluno com deficiência, principalmente na elaboração do PEI.

O PEI deve ser desenvolvido por um processo colaborativo, que envolve a participação da escola, dos pais, dos estudantes (quando este tiver habilidades para esta função) e de outras pessoas relevantes ou de agências educacionais. [...] (VALADÃO, 2010, p. 58).

Por meio do trabalho colaborativo e com o processo de implementação do PEI busca-se qualificar aprendizagens e o desenvolvimento dos educandos. Levando em consideração que a implementação do PEI diretamente em sala de aula terá suas entraves, pois as educadoras deverão realizar esse planejamento individual e aplica-lo dentro do coletivo em sala de aula, será necessário um trabalho interdisciplinar, entre professoras, gestão, coordenação, equipe multidisciplinar e família.

No próximo capítulo apresentarei algumas conclusões a respeito desses processos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer dos tempos, foram diversos os entraves percorridos pelos sujeitos com deficiências, desde a segregação de muitos até a inclusão em escolas especiais. Essas visavam a melhoria de vida desses sujeitos, utilizando de um método mais assistencialista, contribuindo para a inclusão não apenas desse indivíduo, mas também para com toda a família do mesmo.

Pensando nessa perspectiva, surgiu então a APAE (Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais), tendo a missão de educar, prestar atendimento médico, suprir suas necessidades básicas de sobrevivência e lutar por seus direitos, pensando sempre na inclusão social desses indivíduos. O movimento apaeano foi crescendo e hoje encontra-se em diversas cidades por todo o Brasil. Durante todo o tempo de sua existência ocorreram diversas mudanças, uma delas foi a passagem de uma instituição somente assistencialista, para também escola. A APAE passou a ser educadora, pensando no desenvolvimento integral dos sujeitos inseridos nessas instituições, desenvolvendo habilidades e aprendizados significativos para os mesmos, contribuindo para a inclusão dessas pessoas com deficiência no mercado de trabalho, nas escolas regulares, bem como, em toda a sociedade.

Partindo dessa perspectiva de APAE educadora, se buscou, cada vez mais, melhorias e mais qualidade no processo de ensino- aprendizagem desses alunos. Assim, percebeu-se a importância de um planejamento escolar que abrangesse as necessidades de cada educando. O planejamento do educador deve ter como intenção os seus educandos, os quais são a culminância do seu fazer pedagógico, bem como da escola, que tem como legado desenvolver e construir o conhecimento dos sujeitos ali inseridos e auxiliar no bom convívio em sociedade. E essa é uma tarefa muitas vezes árdua para o educador, pois necessita de um olhar diferenciado para cada aluno, que possuem suas próprias características.

No entanto, quando o professor se torna gestor em sua prática pedagógica, o processo torna-se mais fácil, pois é o educador que estabelece o contato direto com os alunos, que busca compreendê-los e ajuda-los em suas necessidades. Com isso torna-se possível um planejamento baseado no interesse e realidade dos educandos.

Pensando em melhorar o desenvolvimento de alunos com deficiência que estão inseridos em escolas de educação especial, surge a proposta em nível

nacional, da implementação de um Plano Educacional Individualizado (PEI) para cada educando que se encontra matriculado nessas instituições. Um desafio para os educadores e toda a equipe de profissionais que atuam nessas instituições, pois todos precisam contribuir para a elaboração desse Plano.

Busquei através dessa pesquisa de monografia observar o processo de elaboração do PEI, listando as dificuldades e as possibilidades que os profissionais encontraram na realização e implementação do mesmo na APAE de Três Passos/RS, usando como metodologia a observação e o questionário com profissionais que atuam em sala, gestão e coordenação pedagógica dessa instituição. Foi possível perceber que o PEI é uma excelente ferramenta no processo de ensino e aprendizagem das pessoas com necessidades educacionais especiais.

Esse modo de realizar o plano de ensino individualizado auxilia o educador no momento de desenvolver alternativas de ensino para determinado educando que apresenta dificuldade na organização dos seus pensamentos, e possibilita ao educador desenvolver o que realmente esse aluno precisa.

Claro que, assim como encontramos possibilidades de aprendizagem para com o aluno com deficiência através desse plano de ensino, percebemos algumas dificuldades. Uma delas é o planejamento do professor que deverá planejar sua aula para uma turma com alunos em diferentes níveis de aprendizagem, assim como diferentes necessidades e deficiências utilizando um único tema, ainda, turmas com grandes números de alunos. Porém mediando atividades diferentes que possam de alguma maneira contribuir de forma individual para a aquisição dos conhecimentos estabelecidos como necessários na realização do PEI.

No entanto, nosso dever maior como escola é buscar estratégias que facilitam o desenvolvimento integral dos nossos educandos. A busca pelo conhecimento é interminável, e é o que move um professor que ao mesmo tempo que faz seu papel de mediador do conhecimento é capaz de realizar sua gestão em sala de aula, encontrando maneiras que possibilitam a aprendizagem integral dos alunos dentro de suas especificidades.

Muito se pode discutir com relação às possibilidades e às dificuldades apontadas com o PEI nas escolas de educação especial. No entanto, através da presente pesquisa foi possível concluir que essa possibilidade de planejamento possibilitará ao professor o conhecimento dos alunos de forma mais ampla, através

do diagnóstico realizado, tendo condições de elaborar e fornecer um planejamento pedagógico que complete a todos os alunos em suas especificidades.

Contudo, para que isso ocorra se faz necessário um trabalho colaborativo com o auxílio de todos os profissionais que matém contato com os alunos, bem como com a gestão, que possibilitará ao educador autonomia em gestar sua sala de aula através de um planejamento específico, que contribuirá para que a escola se organize, se planeje, organize os tempos, os espaços, conheça os alunos, trace um plano de metas e (re) pense as práticas sempre. Pois é nesse movimento que se dá a alternativa de construir uma escola não mais por espontaneísmo, mas com convicção de que o que se propõe é o caminho por outra forma de organização do sistema para qualificar ainda mais os processos de ensino aprendizagem.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. Organização do texto: Juarez de Oliveira. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 1990. 168 p. (Série Legislação Brasileira).

_____. Ministério da Educação. **Decreto 6.949/09**, de 25 de agosto de 2009. Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004_09.pdf>. Acesso em: 11 set. 2018.

_____. Ministério da Educação. **Decreto nº 5.296/04**, de 02 de dezembro de 2004. Regulamenta as Leis nºs 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm>. Acesso em: 05 set. 2018.

_____. Ministério de Educação. **Lei nº 10.048/2000**, de 08 de novembro de 2000, dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L10048.htm>. Acesso em: 05 set. 2018.

_____. Ministério da Educação. **Lei nº 10.098/2000**, de 19 de dezembro de 2000. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L10098.htm>. Acesso em: 05 set. 2018.

_____. Ministério da Educação. **Lei nº 7.853/89**, de 24 de outubro de 1989, que dispõe apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L7853.htm>. Acesso em: 04 set. 2018.

_____. Ministério da Educação. **Lei n.º 9.394**, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm>. Acesso em: 2 set. 2018

_____. Ministério da Educação. **Decreto n.º 7.611**, de 17 de novembro de 2011. Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. Disponível em:< http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7611.htm>. Acesso em: 14 ago. 2018.

_____. Ministério da Educação. **Lei nº 13.146/15**, de 06 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm>. Acesso em: 11 set. 2018.

DAVES, C.; GROSBAUM, M. W. Sucesso de todos, compromisso da escola. In: VIEIRA, S. L. (Org.) **Gestão da escola: Desafios a enfrentar**. Rio de Janeiro, DP&A, 2002.

FEDERAÇÃO NACIONAL DAS APAEs. **Coleção Educação Especial. Fundamentos**, v. 1 e 2. Brasília, DF, 1993.

FEDERAÇÃO NACIONAL DAS APAEs. **Plano Estratégico**. 1998/2003. Brasília/DF, 1998.

FEDERAÇÃO NACIONAL DAS APAEs. **Política de Atenção Integral e Integrada para as Pessoas com Deficiência Intelectual e Múltipla**. Brasília: Fenapaes, 2011.

FEDERAÇÃO NACIONAL DAS APAEs. **Coleção Educação e Ação / APAE Educadora: A Escola que Buscam: Proposta Orientadora das Ações Educacionais**. Brasília, DF, 1998.

FERREIRA, N. S. C. **A gestão enquanto instrumento para a construção e qualificação da educação**. 2008. Disponível em: <<http://www.google.com/search?cache=scGHPcjyEJ:www.centrorBR&ct=clnk&cd=3&gl=BR>>. Acesso em: 20 set. 2018

GARCIA, S. M.; MORENO, A. G. **Mitos e ideologias em La escolarizacion Del niños deficiente mental**. Zaragoza, Espanha: Mira Editores, 1992.

GLAT, R. PLETSCH, M. D. **Estratégias educacionais diferenciadas para alunos com necessidades especiais**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2013.

GOMES, R. A análise dos dados em pesquisa qualitativa. In: Minayo, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa Social**. Teoria, método e criatividade. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001

MANTOAN, Maria Tereza Eglér (Org). **O desafio das diferenças na Escola**. Petrópolis: Vozes, 2008.

MARIN M.; BRAUN, P. Ensino colaborativo como prática de inclusão escolar. In: GLAT, R.; PLETSCH, M. D. **Estratégias educacionais diferenciadas: para alunos com necessidades especiais**. RJ: EdUERJ, 2013.

MINAYO, M. C. de S. (Org.). **Pesquisa Social**. Teoria, método e criatividade. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

NEWMAN, D.; GRIFFIN, P.; COLE, M. **La zona de construcción del conocimiento**. Madrid: Ediciones Morata, 1991.

PARO, V. H. **Gestão escolar, democracia e qualidade de ensino**. São Paulo: Ática, 2007.

PLETSCH, M. D. A escolarização do aluno com deficiência intelectual: dialogando com o currículo e o plano educacional individualizado. In: **VI Congresso Brasileiro de Educação Especial e IX Encontro Nacional dos Pesquisadores da Educação Especial**. UFSCAR/ABPEE, São Carlos, 2014.

PROJETO PEDAGÓGICO da **Escola de Educação Especial São Francisco de Assis- APAE**, Três Passos/RS, 2011.

REGIMENTO ESCOLAR da **Escola de Educação Especial São Francisco de Assis – APAE**, Três Passos/RS, 2018.

VALADÃO, G. T. **Planejamento Educacional Individualizado na Educação Especial**: propostas oficiais da França. Estados Unidos e Espanha. (Dissertação de Mestrado em Educação) Universidade federal de São Carlos, São Paulo, 2010.

VYGOTSKY, L. S. **Fundamento de defectologia**. Ciudad de La Habana, Cuba: Editorial Pueblo y Educación, 1995. Obras completas. Tomo V. (Originalmente publicado em 1930).

_____. **Pensamento e Linguagem**. São Paulo. Martins Fontes, 1989.

_____. **Formação Social da Mente**. São Paulo: Martins Fontes, 1984.

APÊNDICE A- QUESTIONÁRIO ENTREGUE AOS PARTICIPANTES DA PESQUISA.

Nome fantasia:

Formação:

Área de atuação:

Tempo que atua nessa área:

Questões:

- 1) Como acontecia o planejamento escolar antes da implementação do PEI?
- 2) Como ocorre o processo de realização desse plano individual para cada aluno?
- 3) O PEI favorecerá o planejamento do professor em sala de aula?
- 4) Quais são as dificuldades encontradas com a implementação do PEI na APAE de Três Passos/RS?
- 5) Quais são as possibilidades, tanto para o educando como também para o educador, com a implementação do PEI na escola?
- 6) Você, educador, tem auxílio da gestão escolar ou demais colegas educadores na elaboração do PEI?

APÊNDICE B – TERMO DE PUBLICAÇÃO DOS DADOS

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL
CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO EDUCACIONAL
TERMO DE CONSENTIMENTO PARA PUBLICAÇÃO

Este termo refere-se ao projeto de monografia intitulado, **Os desafios e as possibilidades do professor em sala de aula com a implementação do plano educacional individualizado (PEI) na APAE de Três Passos**, desenvolvido no Programa de Pós-graduação – Especialização em Gestão Educacional de autoria de, Caroline Krämer sob a orientação de Micheli Daiani Hennicka.

A presente pesquisa tem como objetivo: “Compreender quais as dificuldades e as possibilidades do PEI em sala de aula”.

Os resultados desta monografia serão divulgados na íntegra ou em partes, por meio de publicação impressa ou *online*, com fins acadêmicos e culturais. Nesse sentido, são utilizados fragmentos da entrevista transcrita abaixo:

Eu, Caroline Krämer, abaixo assinado (a), entrevistado (a) para a monografia “**Os desafios e as possibilidades do professor em sala de aula com a implementação do plano educacional individualizado (PEI) na APAE de Três Passos**”, autorizo a publicação do texto citado, e concordo que meu nome seja mencionado.

Nome do (a) entrevistado (a)

Três Passos, 10 de outubro de 2018.